

DESAFIOS DA GESTÃO NA IMPLEMENTAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU NA EDIÇÃO ESPECIAL 2017

Antonio Lima de Almeida Neto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Brasil)
Endereço eletrônico: antoniolima010958@gmail.com

976

INTRODUÇÃO

O percurso de debates sobre os problemas enfrentados pelos jovens surge de forma mais efetiva a partir da década de 1960. A partir deste período, o tema da juventude entrou gradativamente na agenda dos governos.

A partir do final da década de 1980, o Brasil foi introduzido na economia globalizada e com isso o acionamento de políticas públicas para garantir a regularidade da exploração do trabalho em condições renovadas provocou a necessidade da parceria entre governo, setor produtivo e sociedade civil nesta empreitada.

A indicação aos governos era que implementassem políticas integradas para os jovens a fim de aplacar suas dificuldades e vulnerabilidades. As ações propunham garantir os direitos sociais (saúde, educação, trabalho, cultura e esportes) aos jovens em situação de exclusão social, como sujeitos de direito.

Sendo assim, diante de inúmeras políticas públicas voltadas para a juventude, este trabalho investigou os desafios da gestão na implementação e realização do programa federal Projovem Urbano do município de Nova Iguaçu na Edição Especial.

METODOLOGIA

Esta pesquisa pretendeu compreender o processo de implementação e realização do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) no município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

A investigação apoiou-se em uma pesquisa de cunho qualitativo, que foi subsidiada por dados documentais, diários de campo, observações e entrevista

Realização:



Apoio:





semiestruturada com a equipe pedagógica do município de Nova Iguaçu (RJ) realizada entre os anos de 2018 a 2020.

O Projovem Urbano O Projovem Urbano faz parte da Política Nacional de Juventude implantada pelo governo federal. Analisar uma política pública requer uma percepção apurada da configuração política. Com base nisso adotei como aporte teórico a teoria crítica dos seguintes autores Aquino (2009), Fávero (2011), Kuenzer (2006, 2011), Rummert (2017, 2018) Ventura (2007), entre outros autores e também o apoio dos documentos de implementação que são as bases norteadoras do ProJovem Urbano em nível nacional, tais como: Projeto Político Integrado – PPI; Decreto número 6.629/2008 que regulamentava o programa em nível nacional; Cadernos Temáticos de Avaliação das Práticas Docentes do PJU (BRASIL, 2011); e o Parecer Pedagógico de número 18/2008 do Conselho Nacional de Educação Projeto.

977

RESULTADOS

Inicialmente em relação à adesão do programa PROJOVEM Urbano do município de Nova Iguaçu edição especial 2017, os dados apresentados apontam que, apesar de ter o objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias, tal proposta não foi atingida, pois a adesão do município de 200 alunos matriculados e com efetiva participação não aconteceu. O programa obteve apenas 115 alunos matriculados no Simec, atingindo 57,5% da meta inicial. Tal dificuldade foi apresentada por toda a equipe gestora. As mesmas enfatizaram a dificuldade das matrículas, devido a inúmeras causas, como: falta de conhecimento sobre o programa, não reconhecimento como sujeito ativo, falta de identidade, trabalho, não reconhecimento como aluno, entre outros.

A segunda dificuldade também apresentada por todas as participantes da equipe gestora foi de manter esses 115 alunos na sala de aula. A evasão escolar foi uma grande dificuldade apresentada, onde podemos ver isso nos dados apresentados, pois desses 115 matriculados, apenas 52 alunos foram aprovados, atingindo assim 45% dos alunos matriculados no sistema, que pode também ter acontecido entre vários motivos pelo fato das dificuldades da relação escola x programa, pois a equipe gestora aponta a dificuldade das unidades escolares compreenderem que os alunos do programa são também alunos da escola, os mesmos são inclusos no Censo Escolar, recebem

Realização:



Apoio:





certificação com o nome da escola, entre outros aspectos que faz com que o aluno projoviano se torne efetivamente um aluno daquela unidade escolar. O município, de modo geral, atingiu apenas 26% da meta inicial que era de 200 alunos.

Outro fator pouco salientado pela equipe gestora, mas que é pertencente ao programa é a proposta que se chama inclusa, mas que ocorre de forma excludente, ao promover a formação de qualificação profissional inicial, pois não é capaz de inserir o jovem no mercado de trabalho, não solucionando seus principais problemas, de modo que a juventude ainda fica a margem da sociedade em relação ao desemprego, visto que dificilmente esses alunos irão se inserir no mercado de trabalho após a conclusão do curso, pois o programa não oferece uma capacitação técnica de qualidade por diversos fatores como espaço de qualidade, carga horária, material, pois o mesmo precisa de licitação para compras, que nem sempre é aceita ou demora.

978

CONCLUSÃO

Positivamente, por meio das entrevistas dadas pela equipe gestora é possível perceber a satisfação das mesmas em participar do programa e de ter contribuído ainda que seja para uma margem muito pequena de jovens do município, com o acesso a educação.

É notório que o programa tem uma estrutura pedagógica muito boa, porém o curto prazo para a formação do ensino fundamental e a falta de material, de estrutura e da inserção do jovem ao mercado de trabalho, faz com que o programa se torne mais um programa de governo, com uma “certificação vazia”, na qual os alunos não possuem um conhecimento profundo, mas sim, uma certificação para ser reconhecido socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: PROJOVEM Urbano. Gestão. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luseni Maria C. de. Introdução. **A juventude como foco das políticas públicas**. In: AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla; CASTRO, Jorge A. (Org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. P. 23-39.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada a formação e profissional**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr/jun. 2010.

Realização:



Apoio:



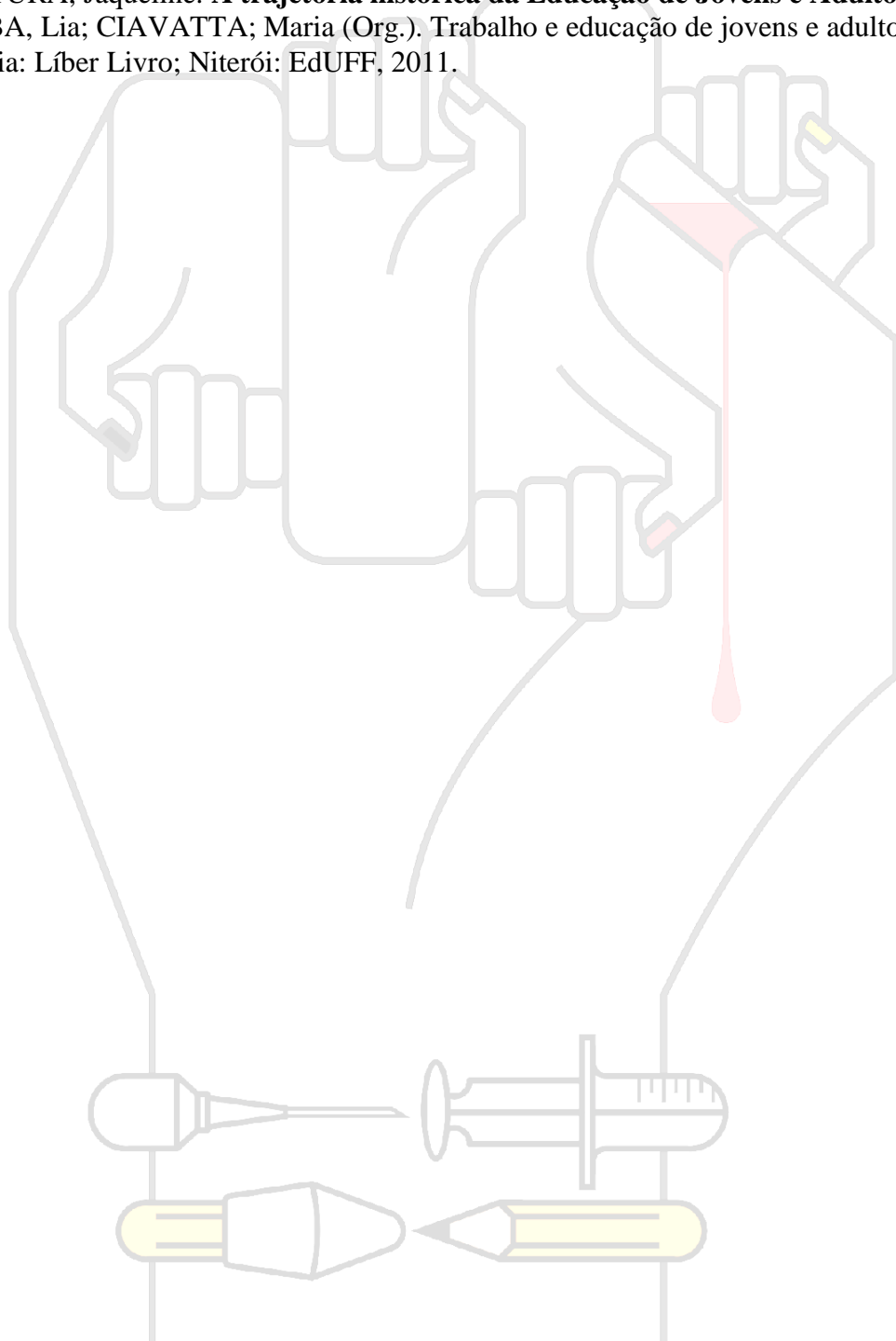


FÁVERO, Osmar. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas** – Rio de Janeiro: NAU Editora Edur, 2011

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

VENTURA, Jaqueline. **A trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos.** In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Org.). *Trabalho e educação de jovens e adultos* Brasília: Líber Livro; Niterói: EdUFF, 2011.

979



Realização:



Apoio:

